

**ATA NÚMERO 256/XII/3.ª SL**

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala do Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo como ponto único da Ordem do Dia:

**Colóquio "A União Bancária e o Financiamento da Economia Portuguesa"**

Painel I

Na sessão de abertura, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu as boas-vindas aos oradores, aos participantes e às Senhoras e Senhores Deputados presentes, dando conta do enquadramento e programa do Colóquio, coorganizado pelas Comissões de Assuntos Europeus; Orçamento, Finanças e Administração Pública e Economia e Obras Públicas, com o objetivo de discutir a União Bancária e o Financiamento da Economia Portuguesa.

A Senhora Ministra de Estado e das Finanças efetuou uma intervenção, recordando o contexto da crise dos últimos anos, bem como o desenvolvimento de uma nova arquitetura institucional na União Europeia, no âmbito do setor financeiro e em matéria de finanças públicas. Sublinhou que um dos riscos ainda persistentes é o de fragmentação dos mercados financeiros, com consequente risco de suspensão do financiamento dos Estados e das empresas. De seguida, deu conta dos desenvolvimentos da União Bancária e dos progressos recentemente alcançados, bem como os aspetos ainda a alcançar nos diversos pilares da União Bancária, e o empenho de Portugal nos contributos em sede de negociações com vista a um acordo global.

O Senhor Governador do Banco de Portugal usou, de seguida, da palavra no âmbito de uma alocução, na abordagem, enquanto entidade reguladora do setor financeiro, algumas questões sobre a União Bancária (num contexto de promoção do equilíbrio entre solidariedade e confiança): porquê? Porquê agora? Qual o impacto no funcionamento das economias e no seu financiamento? Que tipo de união bancária? Como se preparam os países para este processo?

Por fim, interveio a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira, que recordou o processo histórico de construção de uma União Bancária, e o papel do Parlamento Europeu (PE) enquanto colegislador. A Senhora Deputada recordou os objetivos inerentes à União Bancária, a posição das diversas famílias europeias e a unidade maioritária do PE em sede de negociações com o Conselho. Sobre as dificuldades no acordo político, recordou que o PE



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

defende que os pilares da União Bancária devem avançar em consonância, e não desfasados no tempo, que deve existir um fundo financiado pelos Bancos e uma linha de crédito às empresas. Deu conta dos aspetos onde não há, ainda, um acordo.

Em sede de debate, intervieram a Senhora Embaixadora do Chipre e os Senhores Deputados José Ribeiro e Castro (CDS-PP), Carlos Costa Neves (PSD), João Galamba (PS) e Paulo Mota Pinto (PSD), tendo os oradores usado da palavra para responder às questões e comentários efetuados.

### Painel II

Na sessão de abertura do Painel II, o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública deu as boas-vindas aos oradores, aos participantes e às Senhoras e Senhores Deputados presentes, sublinhando a importância de analisar o impacto de uma união bancária no contexto da promoção de melhores condições de financiamento das economias, indutoras de crescimento e de emprego, bem como as consequências decorrentes de um acordo sobre a união bancária que não abranja todas as vertentes decorrentes da crise.

Começou por usar da palavra Nicolas Véron, perito do Bruegel e professor visitante no Instituto Peterson de Economia Internacional, que recordou as origens da crise e o seu impacto inicial, bem como as medidas regulatórias entretanto adotadas e o estado atual da arte, tendo analisado as consequências das opções tomadas, nomeadamente em sede de supervisão e resolução, tendo concluído com uma alocução sobre as opções de curto prazo que se apresentam à União Europeia, quer ao nível das suas instituições, quer quanto aos Estados-Membros.

Na intervenção seguinte, usou da palavra o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos, que recordou as consequências da crise no setor financeiro e as medidas tomadas, alertando para o excesso de regulamentação na UE (com escassa maturação e processo de reflexão das opções tomadas) e da redução da atratividade do setor bancário europeu, considerando ser necessário promover o seu dinamismo e subsequente incentivo à melhoria das condições de crédito à economia.

Posteriormente, interveio o Presidente da Confederação Empresarial de Portugal, que sublinhou a dificuldade de acesso ao financiamento por parte das empresas do setor não financeiro, em particular as PME, considerando que os custos de financiamento deverão depender do perfil de risco das empresas e não da sua localização. Sobre a União Bancária, apelou a um acordo, recordando a incapacidade da *troika* de fornecer respostas adequadas em matéria de financiamento às empresas, que se encontram subcapitalizadas.



## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Por fim, interveio o Vice-Presidente da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, que louvou a iniciativa da Assembleia da República em promover a discussão sobre a União Bancária. Recordou, de seguida, os impactos económicos e sociais da crise em Portugal, sublinhando alguns aspetos da União Bancária, em particular em matéria de supervisão e do mecanismo de garantia de depósitos.

No período de debate, intervieram os Senhores Deputados Carlos Zorrinho (PS), Carlos Costa Neves (PSD), Rui Barreto (CDS-PP) e João Galamba (PS), bem como a Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, e um representante da Ordem dos Economistas, após o que os oradores usaram da palavra para responder às questões e comentários efetuados.

No encerramento, o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sublinhou a oportunidade de reflexão proporcionada pelo Colóquio, num momento de grande incerteza sobre a possibilidade de um compromisso.

Diversa documentação referente ao Colóquio pode ser consultada na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Aquando da votação da ata, o Grupo Parlamentar do PCP manifestou reservas a que a realização de um Colóquio seja considerada como reunião de Comissão, com subsequente elaboração de ata.

Palácio de São Bento, 26 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Barbosa  
Fernando Virgílio Macedo  
Isabel Santos  
João Galamba  
Jorge Paulo Oliveira  
António Gameiro  
Conceição Bessa Ruão  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Pimpão  
Pedro Silva Pereira  
Rui Paulo Figueiredo  
Sandra Cardoso